

A FLORESTA TROPICAL BRASILEIRA COMO FRONTEIRA E CONSTRUÇÃO SOCIAL NA ÉPOCA MODERNA

Maria Sarita Mota

(Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - IUL)

Resumo/Abstract

Esta comunicação propõe a discussão da floresta como fronteira entre o natural e o cultural, nomeadamente como construção social na época moderna. Para isso, será apresentado um breve cenário da transformação paisagística da floresta tropical brasileira, a Mata Atlântica, entre 1500-1800. Trata-se do bioma sobre o qual ocorreu a colonização inicial da América portuguesa, lócus do desenvolvimento da economia agroexportadora escravista (extração do pau-brasil e outras madeiras de lei, exploração do ouro, lavoura açucareira e cafeicultura). Para levar a efeito esta proposta, utilizou-se fontes documentais diversas tais como regimentos dos capitães-mores, cartas de sesmarias, autos de correições de ouvidores-gerais e representações ao Conselho Ultramarino, que permitiram analisar como os agentes régios e demais súditos da coroa portuguesa compreenderam e classificaram o mundo natural na época moderna. No decorrer da conquista territorial, à medida que os colonos tinham que “encher a terra e submetê-la” para “proveito e negócio”, o ato agrícola da colonização convertia a natureza propriamente dita em cultura, fazendo surgir uma nova paisagem – o mundo rural – nos trópicos. As disputas pela utilização dos bens naturais, logo tornados monopólio régios, reconduziu o direito de propriedade dos vassallos, ameríndios e das populações mestiças. Ao longo do tempo, a exploração ilimitada dos ecossistemas florestais, e os consequentes problemas ecológicos (desmatamento, erosão dos solos, poluição de rios, extinção de espécies), levaram à percepção da escassez e a imposição de medidas de gestão florestal que foram capazes de mitigar, ocasionalmente, situações de vulnerabilidade ambiental. Conclui-se que a Mata Atlântica é uma zona de fronteira, uma zona climática; portanto, um território não estático, moldado por processos contínuos de transformação, regulação e governança. Isto pressupõe a existência de relações de poder, conflitos socioambientais, construção de identidades, redes de circulação e comunicação, e a própria natureza instrumentalizada.

CV

Maria Sarita Mota. Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). É Mestre em Ciências Sociais e Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é Investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e Bolseira de Pós-Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT/Portugal). Recentemente publicou os capítulos: “Apropriação econômica da natureza em uma fronteira do império atlântico português: o Rio de Janeiro (século XVII)”, em Serrão, J.V., et al, *Property rights, land and territory in the European Overseas Empires*, Lisbon, CEHC-IUL, 2014; “Terras, homens e alimentos no Rio de Janeiro e na Ilha de Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX”, em coautoria com Susana Cesco, editado por Brandão, T.; Christillino, C. *Nas bordas da plantation; agricultura e pecuária no Brasil Colônia e Império*,

Recife, UFPE, 2014, além dos verbetes “pau-brasil”, “manguezal”, mata atlântica”, sesmarias dos sobejos”, “negros da terra”, “hipoteca”, no *E-dicionário da Terra e do Território no Império Português*, dirigido por Serrão, J.V; Motta, M.; Miranda, S.